



## A QUESTÃO DA COR NA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE FICHAS DE RESERVISTAS E O CENSO DEMOGRÁFICO DE 1940

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4061

Matheus Moreto Guisso Rodrigues, UEL  
Victor Hugo Bento da Costa Traldi, UEL

### Resumo

Este trabalho, que é parte integrante do projeto de pesquisa *Do Recrutamento à desmobilização: problemas e polêmicas historiográficas da Força Expedicionária Brasileira*, desenvolve uma análise comparativa entre as fichas de reservistas dos soldados da Força Expedicionária Brasileira que fizeram parte do 4º e 5º escalões, e o Censo Demográfico do IBGE de 1940. Essas fichas individuais contêm dados como ano de nascimento, estado de origem, alfabetização, profissão, dados biométricos e cor da pele.

A partir da análise, abrem-se possibilidades para reflexões sobre a questão da cor na FEB, bem como na própria sociedade brasileira. Busca-se entender se a seleção da Força Expedicionária Brasileira refletiu de modo proporcional o quesito *Cor* descrito no censo de 1940, uma vez que a convocação pode apresentar as características da sociedade da época.

Também é possível levantar questões relacionadas ao trato das fontes: é necessário investigar como as fontes foram produzidas, seus contextos de elaboração, suas intencionalidades e finalidades – já que determinadas fontes não eram criadas com o intuito de serem objetos de uma análise historiográfica posterior, mas serviam para um propósito específico no período.

### Palavras Chave:

Força Expedicionária Brasileira; Fichas de Reservista; Censo Demográfico.

## Introdução/Justificativa

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial despertou interesse em inúmeros historiadores, jornalistas e pesquisadores em geral desde meados da década de 1940 e a curiosidade sobre o tema persiste no século XXI, configurando-se como uma área com uma ampla gama de análises possíveis. Prova disso é que existem mais de 1200 títulos – entre livros, capítulos de livros, teses, artigos, entre outros – com diversas temáticas relacionadas à atuação da Força Expedicionária Brasileira na Itália e o contexto brasileiro do período<sup>1</sup>. No presente artigo – que é um desdobramento de artigo apresentado no II Simpósio Nacional de História Militar, na UNIRIO, em agosto de 2017 –, desenvolvemos uma análise comparativa entre as fichas de reservista dos soldados dos 4º e 5º escalões da Força Expedicionária Brasileira e o Censo Demográfico do IBGE de 1940.

## Objetivos

Nosso objetivo é refletir sobre a composição da FEB e da própria sociedade brasileira de 1940 por meio de uma comparação entre os dados relativos à cor presentes nas fichas de reservistas dos 4º e 5º escalões e as estatísticas do Censo Demográfico. Buscamos entender se o resultado da seleção desses dois escalões refletiu de modo proporcional o corpo social brasileiro do período. Contudo, a resposta a tal problemática não

é atingida sem serem levadas em conta a temática do branqueamento e as implicações do trabalho com as fontes em questão.

## Resultados

Antes de entrarmos na análise propriamente dita, é necessário descrever as fontes utilizadas, refletir sobre seus contextos de elaboração, levantar hipóteses sobre a maneira como as informações foram preenchidas – no caso das fichas – ou coletadas – no caso do Censo – e apontar problemas metodológicos no trato dessas fontes.

As 1156 fichas de reservistas dos 4º e 5º escalões da FEB se encontram disponíveis para consulta no Arquivo Histórico do Exército, situado na cidade do Rio de Janeiro, e contêm uma grande variedade de informações sobre o reservista<sup>2</sup>. A análise das informações se deu a partir da divisão das fichas entre nove integrantes do projeto de pesquisa. Cada um contabilizou as diversas respostas às categorias *cor*, *ano de nascimento*, *estado de origem*, *lê/escreve*, *profissão*, *graduação militar* e *altura* – sendo que o foco de nosso artigo reside apenas na primeira.

Ao longo do processo de revisão dos números alcançados pelos nove integrantes do projeto em relação às categorias presentes nas fichas, foram encontrados erros de contagem e problemas metodológicos que poderiam comprometer o resultado final das estatísticas. Primeiramente, notou-se uma

---

<sup>1</sup> Tal número é provisório, e foi alcançado a partir de um levantamento bibliográfico realizado no projeto de pesquisa supracitado. É provável que esse número aumente, já que a pesquisa se encontra em andamento.

<sup>2</sup> As informações que constam nas fichas são: data do nascimento, natural de (estado e cidade de origem), lê/escreve, profissão, cor (da pele), nome do reservista, ano de alistamento, ano de incorporação, descrições físicas (altura, cabelo, olhos, nariz, rosto, boca, barba, bigode e “sinais particulares”), local onde serviu, tempo de serviço militar, especialidade, graduação militar, provável

endereço ao qual iria morar quando voltasse da guerra, destino de mobilização, seção de mobilização, centro de mobilização, número de mobilização, local, dia, mês e ano (de preenchimento da ficha). Além disso, havia espaços para a assinatura e a impressão digital do reservista. A maioria das fichas apresenta carimbos, rasuras e anotações datilografadas ou manuscritas, sendo que não há nas mesmas algo que indique o momento e o motivo pelo qual tais anotações foram feitas. Não há indícios de quem foi o responsável pelo preenchimento das fichas.

grande discrepância entre o levantamento dos integrantes e os números revisados da categoria *cor*. Isso se deu pelo fato de que foi necessário reunir as respostas das fichas nos termos do Censo Demográfico de 1940 – *branco, preto, pardo e amarelo* – para que a comparação fosse possível. Contudo, os integrantes do projeto interpretaram os dados da categoria de formas diferentes – ou seja, não adotaram uma maneira única de agrupar as respostas das fichas nos critérios do Censo –, o que não permitia que os números fossem simplesmente compilados.

Um segundo ponto de divergências nos números está relacionado ao fato de termos trabalhado com fotografias das fichas dos reservistas. Algumas das fotos estavam embaçadas ou tremidas – o que ora dificultava a identificação das respostas das categorias ora impedia-a totalmente. A identificação da resposta foi impossível em um pequeno número de fichas – cerca de 2% do total –, e, nesses casos, contabilizamos como *sem informação* para que o resultado final tivesse a menor interferência possível. As soluções a esse problema seriam trabalhar com as fichas em si ou com fotografias em melhor resolução.

A outra fonte utilizada em nossa análise foi o Censo Demográfico – População e Habitação, que se constitui no Volume II da Série Nacional do quinto Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1940. Segundo Marcílio (1974 apud PIZA; ROSEMBERG, 2002, p. 94), o Censo de 1940 faz parte da *era estatística* da demografia brasileira e inaugurou o período no qual passou a se realizar “censos periódicos, por métodos modernos de coleta e publicados sistematicamente por um órgão especializado – o IBGE”. Os resultados desse Censo foram publicados somente uma década após o seu levantamento, pois sofreram problemas na sistematização dos dados. Alguns dos motivos pontuados pelo IBGE para tal atraso foram

a demora na devolução do material

de coleta preenchido, o que foi motivado sobretudo pela extensão territorial do país e dificuldades de transporte; a necessidade da formação de pessoal técnico para as diversas fases dos trabalhos; a extensão do plano estabelecido para as apurações, talvez excessivas, mas que impunha para suprir o desconhecimento estatístico de certos aspectos da realidade nacional então observados; e principalmente, a deficiência do equipamento mecânico [...]. (IBGE, 1950, p. xiv)

As principais informações coletadas pelo IBGE dizem respeito aos quadros de habitação, sexo, idade, cor, estado conjugal, nacionalidade e naturalidade, língua, religião, instrução, atividade profissional, propriedade imobiliária, seguros privados e sociais, sindicalização, fecundidade, defeitos físicos, migrações internas, estado de prédios e domicílios. Para o âmbito de nossa pesquisa, como já ressaltado, levaremos em conta somente as informações relativas à cor.

Segundo o Censo de 1940, a população brasileira era de 41.236.315 habitantes. Desse total, 20.614.088 (49,9%) eram homens – sendo que 3.485.153 deles (16,9% da população masculina) tinham entre 20 e 29 anos. Portanto, comparamos as estatísticas relativas às 1156 fichas com os números do IBGE referentes à população total e ao número de homens com a idade entre 20 e 29 anos no quesito *cor*. Tal recorte é justificado pelo fato de que 95,5% dos reservistas se encontravam nesse intervalo etário quando da convocação.

A categoria *cor* (Tabela 1), ao mesmo tempo em que suscita diversas reflexões, se constitui como o quesito das fichas do qual se pode extrair conclusões com o menor grau de convicção. Lançando um primeiro olhar aos dados, percebe-se que a distribuição de cores tanto na população total quando no recorte da população masculina entre 20 e

29 anos é quase idêntica: cerca de 63,5% de brancos, 14,6% de pretos, cerca de 21% de pardos, 0,6% de amarelos e 0,1% de cor não declarada. Entre as 1156 fichas, nota-se a proporção de 64,5% de brancos, 5,3% de pretos, 27,3% de pardos<sup>3</sup>, 0% de amarelos e 2,9% de fichas sem informação<sup>4</sup>. Portanto, em um primeiro momento, fica evidente um aumento na proporção de brancos e, principalmente, de pardos e uma redução na porcentagem de pretos e amarelos. A seleção dos 4º e 5º escalões da FEB, dessa maneira, teria privilegiado os setores mais “embranquecidos” da sociedade brasileira?

Tabela 1: Porcentagens relativas à população total brasileira, à população masculina em idade militar e aos reservistas do 4º e 5º escalões da FEB, segundo a cor.

	População total brasileira	População masculina em idade militar	Fichas de reservistas do 4º e 5º escalões da FEB
<b>Branco</b>	63,5%	63,7%	64,5%
<b>Pretos</b>	14,6%	14,6%	5,3%
<b>Pardos</b>	21,2%	21%	27,3%
<b>Amarelos</b>	0,6%	0,6%	0%
<b>Não declarado</b>	0,1%	0,1%	-
<b>Sem informação</b>	-	-	2,9%
<b>TOTAL</b>	100% (41.236.315)	100% (3.485.153)	100% (1156)

Fonte: os próprios autores, a partir de dados do Censo Demográfico de 1940 e do levantamento estatístico das informações das fichas.

Não é possível chegar a uma resposta sem refletir sobre a coleta dos dados do Censo e o preenchimento das fichas e como o branqueamento influenciou a constituição das fontes.

Segundo Edith Piza e Fúlvia Rosemberg (2002, p. 96), o Censo de 1940 “[...] estabelece o critério de atribuir as cores *branco, preto, pardo e amarelo* à população brasileira”. Contudo, as autoras afirmam que a maneira como o IBGE apresenta as instruções sobre o procedimento de coleta de cor é ambígua, já que não fica claro se quem responde ao quesito *cor* é o declarante ou o recenseador. A instrução do IBGE era que o recenseador perguntasse a cor ao declarante e inserisse na denominação *pardo* todas as outras respostas ao quesito que não fossem *branco, preto e amarelo*. Além disso, na nota prévia do Censo consta que os indivíduos que não declararam sua cor teriam “uma reserva à declaração expressa de mestiçagem”. (IBGE, 1950, p. XXI apud PIZA; ROSEMBERG, 2002, p. 101). A conclusão alcançada pelas autoras é que “os pardos formaram um grupo de cor criado *a posteriori*, a partir desses dois critérios de resposta. Parte das respostas sobre pardos foi dada pelos declarantes, parte foi inferida pelos coletores e analistas do IBGE”. (PIZA; ROSEMBERG, 2002, p. 102).

Piza e Rosemberg apontam motivos que justificariam o porquê de ter que se levar em conta o branqueamento ao lidar com estatísticas do Censo Demográfico:

Em países de população miscigenada, o quesito cor pode resultar em respostas que reflatam apenas os significados sociais que a cor apresenta nessa população; seja para os aplicadores do quesito, seja para os respondentes do censo. Corre-se o risco [...] de os respondentes falsearem a cor, afiliando-se ao grupo que tenha mais prestígio social [...]. (PIZA;

<sup>3</sup> Em nossa análise, *pardos* abrange as respostas: *pardo, pardo claro, pardo escuro e moreno*.

<sup>4</sup> Em nossa análise, *sem informação* abrange: casos nos quais não havia resposta alguma à categoria; casos nos quais havia uma resposta mas era impossível lê-la por conta da qualidade da

fotografia; casos nos quais havia a foto do reservista, mas estava ausente a resposta escrita à categoria. Nesse último critério, a iniciativa teve como objetivo não imputar às fontes nossas próprias interpretações sobre a cor do reservista e, portanto, não comprometer a análise.

ROSEMBERG, 2002, p. 100).

Portanto, deve-se considerar que as respostas dadas ao Censo podem estar ligadas à intenção – do declarante ou do recenseador – de atribuir uma cor que possua um melhor significado perante a sociedade. Ou seja, as próprias estatísticas do Censo podem ter branqueado a sociedade brasileira.

Outras problemáticas em relação à coleta do quesito *cor* dizem respeito à “[...] dinâmica do relacionamento entre entrevistador e respondente, [na qual] pode ocorrer a atribuição de cor pelo coletor do IBGE, quando os dados fenotípicos lhe pareçam suficientemente ‘objetivos’” (PIZA; ROSEMBERG, 2002, p. 104) – o que se constituiria em um erro, já que não há algo que possa ser chamado de objetivo quando se trata de atribuição de cor no Brasil. Por fim, como o processo de coleta dos dados era exaustivo e automatizado, o recenseador também poderia atribuir a cor para agilizar seu trabalho.

O Censo Demográfico de 1940 traz indícios de que a cor era autodeclarada e que o recenseador atuava na medida em que constituía a categoria *pardo*. Já em relação às fichas de reservistas, não há como saber se a cor era autodeclarada ou não. Contudo, podemos afirmar com convicção que as respostas ao quesito *cor* nas fichas passavam necessariamente pela interpretação de quem as preenchia, independentemente de questões de auto declaração.

Os indícios para tal afirmação são a ocorrência de termos como *caboclo*, *mulato* – compilados em *pardo* – e *amarelo* no Censo e ausência dessas denominações nas fichas. Como essas expressões foram utilizados para auto atribuição de cor no Censo, inferimos que as mesmas deveriam aparecer nas fichas – o que não acontece. Supondo que a cor fosse autodeclarada e esses termos tiverem sido utilizados pelos reservistas como resposta, o que justificaria a ausência dessas denominações seria uma interferência nos

resultados por parte do responsável pelo preenchimento da ficha. Nesse cenário, embora a cor tivesse sido autodeclarada, quem preencheu a resposta pode ter “traduzido” tais expressões e as colocado em outras categorias. Supondo que a cor não tenha sido autodeclarada, obviamente, a atribuição não ficava a cargo do reservista. Portanto, de qualquer forma, é muito provável que tenha havido interferência do encarregado pelo preenchimento.

Dessa forma, não é possível chegar a um parecer definitivo no quesito *cor*, pois tanto os critérios de coleta do Censo quanto a forma de preenchimento das fichas são questionáveis.

### Considerações finais

Ao final de nossa análise, podemos afirmar que a categoria *cor* traz alguns problemas para uma tentativa de comparação entre dados do Censo Demográfico e do levantamento das respostas às fichas de reservistas dos 4º e 5º escalões da Força Expedicionária Brasileira: a proporção de homens brancos na população total e nas fichas é semelhante, mas há uma divergência na parcela de pretos e pardos devido às questões de auto declaração e branqueamento.

Nosso artigo complementa pesquisas semelhantes que tratam da Força Expedicionária Brasileira e que apresentam dados relativos à sua composição social. Chegamos a conclusões parecidas com as alcançadas em trabalhos como *Morrer na Guerra: a sociedade diante da morte em combate*, de Adriane Piovezan (2017). A autora também leva em consideração as questões de branqueamento ao analisar a problemática da cor em seu estudo. Ao analisar o perfil dos mortos da FEB, a autora afirma que

Deve-se levar em conta que o ‘branqueamento’ da população brasileira é um antigo projeto das

elites políticas brasileiras pelo menos desde o final do II Império. Existe abundante literatura descrevendo e interpretando os esforços realizados em superar a tradição cultural e o biótipo prevalente de negros, índios e mestiços em prol de um Brasil ‘branco’, ‘europeu’ e ‘moderno’ [...]. (PIOVEZAN, 2017, p. 69).

Piovezan entende que esses esforços continuaram mesmo após a Segunda Guerra Mundial, quando os ideais eugênicos defendidos pela nazistas foram postos em xeque. Prova disso é a edição do Decreto-Lei de Agosto de 1945, no qual consta que “atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia.” (BRASIL, 1945 apud PIOVEZAN, 2017, p. 72).

Por fim, o trabalho com estatísticas possibilita o levantamento de questões relacionadas ao trato das fontes. A elaboração de documentos como o Censo atende a uma necessidade que visa uma perspectiva a longo prazo. Já fontes

como as fichas de reservistas não eram criadas com o intuito de serem objetos de uma análise historiográfica posterior, mas serviam para um propósito específico no período. Dessa forma, em todo trabalho de cunho historiográfico, é necessário refletir sobre como as fontes foram produzidas, seus contextos de elaboração, suas intencionalidades e finalidades.

## Referências

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico, 1940 – População e Habitação. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.
- FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA/Depósito de Pessoal. Fichas de Reservistas. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.
- PIOVEZAN, Adriane. Igreja e Exército. In: \_\_\_\_\_. *Morrer na Guerra: a sociedade diante da morte em combate*. Curitiba: Editora CRV, 2017. p. 47-92.
- PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. A Cor nos Censos Brasileiros. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 91-120.